

MATERNIDADE E EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE O APOIO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Maternity and Education: Reflecting on Support in The Educational Institution

Edilaine Almeida Langa da Silva¹  

Lucimar de Freitas Novais²  

Recebido: 20/07/2022

Aprovado: 20/01/2023

Resumo: A educação formal tem sido um fator importante auxiliando diversas mulheres a superarem problemas sociais, tais como; pobreza, desemprego, desigualdade de oportunidade, entre outros. Se a mulher for mãe durante o período de estudos, a conciliação com a maternidade pode ser um desafio ou representar barreiras que a impedem de continuar estudando. Desta forma, vale evidenciar a importância da rede social de apoio à mulher para auxiliá-la no cuidado e educação do bebê. Este trabalho objetivou refletir sobre o apoio dado às mães, oferecido principalmente pela instituição educativa, após o período de atendimento domiciliar. Para isto, aplicou-se um questionário a 22 mulheres que tiveram bebês e retomaram seus estudos após o atendimento domiciliar no ano de 2019. As participantes residiam nos municípios da microrregião Cone Sul do Estado de Rondônia, sendo Colorado do Oeste, Cerejeiras e Cabixi. Das 22 mães, 20 cursavam o ensino superior, dividindo-se entre os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia de Gestão Ambiental no IFRO *Campus* Colorado do Oeste, no período noturno, e 2 estudantes cursavam o ensino médio em escola pública em Cerejeiras (RO). Os resultados apontaram que estas mulheres, em geral, receberam incentivos para continuarem estudando, mas 68% tiveram dificuldades com a organização dos estudos em casa e 40% apresentaram obstáculos na reintegração aos estudos presenciais. Além disto, questões emocionais de sofrimento, relacionadas à separação, foram vivenciadas por grande parte das mulheres. Também se refletiu sobre a necessidade de a escola fazer parte da rede de apoio que deve ser dado às mães e bebês, de forma que viabilizasse maior contato entre eles e reforçasse laços, colaborando para uma sociedade mais humanizada. O presente estudo visa defender, portanto, que espaços educativos acolham todos, inclusive mães com seus bebês.

Palavras-chave: Mulheres; Maternidade; Educação.

Abstract: Formal education has been an important factor that assisting many women to overcome social problems, such as; poverty, unemployment, inequality of opportunity, among

¹ Especialização em Biologia Celular e Molecular e Especialização em Ecologia e Desenvolvimento Sustentável. Professora na Rede Estadual de Rondônia. edilaine.almeida.flavio@gmail.com

² Mestrado em Educação. Professora do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). lucimar.novais@ifmt.edu.br

others. If the woman is a mother during study periods, reconciling motherhood can be a challenge or represent barriers that prevent her from continuing studying. In this way, it is worth highlighting the importance of the social support network for women to assist them in the care and education of the baby. This study aimed to reflect on the support given to mothers, mainly offered by the educational institution, after the period of home care. For this, a questionnaire was applied to 22 women who had babies and resumed their studies after home care in 2019. The participants lived in the municipalities of the Southern Cone microregion of the State of Rondônia, being Colorado do Oeste, Cerejeiras and Cabixi. Of the 22 mothers, 20 are in higher education, divided between the Degree in Biological Sciences and Environmental Management Technology courses at IFRO Campus Colorado do Oeste in the evening period, and 2 students were in high school at a public school in Cerejeiras (RO). The results showed that these women, in general, received incentives to continue studying, but 68% had difficulties with the organization of studies at home and 40% had obstacles in reintegrating to face-to-face studies. In addition, emotional issues of suffering, related to separation, were experienced by most women. It was also reflected on the need for the school to be part of the support network that must be given to mothers and babies, in a way that allows greater contact between them and strengthens bonds, collaborating for a more humanized society. The present study aims to defend, therefore, that educational spaces welcome everyone, including mothers with their babies.

Keywords: Women; Maternity; Education.

Introdução

Este trabalho surgiu em decorrência da experiência vivenciada na gestação e maternidade durante a graduação, despertando um olhar sobre a situação das mulheres nesta condição. Por estarmos inseridas neste universo, revelou-se urgente a necessidade de reflexões sobre as dificuldades em conciliar a maternidade com os trabalhos domésticos, com o trabalho formal remunerado e com os estudos e produção de trabalhos acadêmicos.

Todos estes espaços exigem dedicação, impondo rigidez quanto ao tempo, fazeres e dificuldades para flexibilizar as rotinas, o que impõe desafios e conflitos para tentar atender às necessidades que cada função possui. Com isto, justifica-se a não aleatoriedade do tema, o que vai ao encontro da visão de Barros e Lehfeld (2000), ao afirmarem que um tema é sempre influenciado por fatores internos correspondentes ao próprio investigador e por fatores externos à realidade circundante, ou à instituição a que o pesquisador se filia.

Para iniciar o contexto da discussão, destaca-se a atual valorização (e exigência) de formação em níveis cada vez mais elevados e contínuos, como forma de se destacar ou manter-se competitivo no mercado de trabalho. Mesmo que correntes críticas apontem as fragilidades desta lógica e a necessidade de se desenvolver além da perspectiva mercadológica, dependendo

dos objetivos do indivíduo, não há muitas formas de escapar da lógica vigente. Assim, envolvidas em suas complexidades, as pessoas veem a educação superior como um caminho que as leva a crescimentos diversos e auxilia tanto na concretização de objetivos quanto na sobrevivência no atual sistema social.

Pode-se, portanto, pensar na questão da mulher neste cenário, envolvendo dificuldades e barreiras que se impõem a ela. Dificuldades estas questionadas ao longo da história por muitas mulheres que denunciaram, refletiram e reivindicaram dignidades que incontáveis vezes foram negadas por uma sociedade embasada em valores patriarcais, que continua inferiorizando e excluindo mulheres, exclusão ainda mais acentuada se também estiverem envolvidas opressões de raça e classe.

Vale enfatizar que existem conquistas pelas mulheres, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, por exemplo, na atualidade, as mulheres ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais, inclusive em mestrado e doutorado (ALVES, 2016; ONU, 2018).

As mulheres, no entanto, ainda têm menor representatividade no mercado de trabalho, maiores taxas no trabalho informal e recebem salários menores (ALVES, 2016). Assim as conquistas não chegam a todas as mulheres e nem a todos os lugares. Dados de 2017 apontam que, na América Latina e Caribe, as medidas de redução da pobreza não atingiram de forma igualitária homens e mulheres, já que para cada 100 homens pobres são 113 mulheres.

Num cenário não tão distante, o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), “Armadilhas do gênero”, revelava que as mulheres correspondiam a 70% da população pobre no mundo. Estas também são as mais afetadas pela violência, degradação do meio ambiente, enfermidades e até mesmo pelos conflitos armados (RELATÓRIO..., 2010).

Com isto, fica evidente que a desigualdade entre os sexos tem íntima colaboração com a propagação da pobreza, já que a igualdade é um importante instrumento de desenvolvimento, defendido até mesmo por fortes instituições capitalistas como o Banco Mundial:

[...] a igualdade de gênero representa uma economia inteligente: ela pode aumentar a eficiência econômica e melhorar outros resultados de desenvolvimento de três maneiras. Primeiro, removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação, oportunidades econômicas e insumos produtivos podem gerar enormes ganhos de produtividade — ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado. Segundo, melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive

para seus filhos. Terceiro, o nivelamento das condições de competitividade — onde mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas — provavelmente gerará no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3).

Contextualizando estes pontos sobre o que significa ser mulher, busca-se refletir sobre questões como gravidez, maternidade, dificuldades e barreiras com as quais as mulheres se deparam quando estão em formação escolar e acadêmica. Tal busca justifica-se porque as mulheres representam a maioria (55%) das matrículas no ensino superior (ONU, 2018). Considerando ainda que cerca de 8,81% de mulheres, entre 19 e 29 anos, que cursam o ensino superior são mães de filhos com idade entre 0 e 4 anos (IBGE, 2014), esta reflexão é urgente e necessária.

Desta forma, este trabalho tem como proposta refletir sobre o apoio às mães, incorporando o oferecido por família, amigos e instituição de ensino. Nesta perspectiva, são tecidas observações sobre a legislação que trata de estudos domiciliares a que as mães têm direito quando estão em processo de estudos. 22 estudantes cursistas de ensino superior e médio participaram da pesquisa, elas residiam em três municípios da microrregião Cone Sul no Estado de Rondônia. A conclusão visa apontar reflexões sobre as dificuldades que poderiam ser minimizadas e adequadas pedagogicamente em alguns casos.

2 Estudos, Gestação e Maternidade

Gandolfi (2019) afirma que muitas mulheres encontram realização a partir do processo da gestação. Coutinho et al. (2014) ajudam a pensar a gravidez como essencial à sobrevivência da espécie humana e acrescentamos que há a necessidade de se valorizar este momento da vida com suas emoções e contradições.

Quando a gravidez ocorre para a mulher na “adolescência, cabe destacar que a saúde é posta em perigo e suas perspectivas educativas e laborais podem cessar abruptamente e a vulnerabilidade à pobreza e exclusão multiplica-se” (ONU, 2020, p. 160). Assim, em alguns casos, a gravidez neste período da vida provoca angústias e incertezas. Quando ocorre em períodos de formação no nível superior, a gravidez também pode interferir na vida e no rendimento acadêmico, já que uma criança traz grandes responsabilidades independentemente

da idade da mulher. A mãe que se doa nesta nova fase acaba por renunciar a muitas outras demandas no decorrer de sua vida por causa da criança, mesmo as que têm boa rede de apoio.

Sabe-se que a gravidez provoca profundas alterações físicas e psicológicas na mulher (GANDOLFI, 2019), podendo levá-la a reagir de formas diferentes do habitual: algumas se tornam mais sensíveis e emotivas, outras irritadas e nervosas. Estas mudanças de ordem emocional irão interferir na condição pós-parto e posteriormente até na criação de seu filho, e tudo isto requer que a mulher se adapte a estas novas condições (ESPINDOLA et al., 2006).

O fato de tornar-se mãe durante o desenvolvimento de um curso superior minimiza as chances ou pelo menos tende a retardar as possibilidades de a mulher poder preparar seu futuro profissional. Assim como a mulher, alguns homens também deixaram as instituições de ensino antes do tempo em decorrência do nascimento de filhos, mas isto ocorre em menor número, como evidencia o estudo realizado em parceria pelo Ministério da Educação (MEC), pela Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências - Flacso. Segundo Caio Zinet (2016) tais órgãos atestam que 18,1% das mulheres de 15 a 29 anos deixaram de estudar devido a uma gravidez inesperada. Para os homens, este motivo alcançou apenas 1,3% dos entrevistados. Isto mostra os efeitos que a chegada de um bebê pode ter na vida acadêmica dos pais.

Moura (2004, p. 44-45) ajuda a refletir que, por envolver ações biológicas como gestacionar, parir e amamentar, vinculou-se a maternidade com a maternagem e atribuíram estas às mulheres. Muitas mulheres têm estas atribuições e algumas realmente querem ter essas atribuições, mas também querem continuar estudando ou trabalhando. E para que isto seja possível, terão que ter apoio, dividir as tarefas e cuidados com o bebê e receber apoio de outras pessoas, como colegas de classe, professores e instituição, ou seja, quando se tornar uma mãe com seu bebê, uma rede social de apoio deve existir para acolhê-los.

Todo estudante tem atividades acadêmicas para realizar tanto na escola como em casa. Para a mulher que é mãe ou que se encontra grávida, estas atividades se tornam uma função não tão fácil de ser realizada (LIMA et al., 2013), necessitando montar estratégias e adaptações em tempos atípicos.

Vale mencionar que a questão pós-nascimento do bebê se trata de um evento de grande influência na vida da mãe e, por consequência, reflete no âmbito escolar. A legislação garante à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares:

Art. 1º - A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Art. 2º- Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante laudo médico poderá ser aumentado, antes e depois do parto, o período de repouso, incluída a estudante no regime de exercícios domiciliares (BRASIL, 1975).

Os referidos instrumentos jurídicos garantem à mulher grávida, a partir do oitavo mês de gestação, o direito à assistência diferenciada, com conteúdo sendo ministrado a partir de regime domiciliar, ou seja, ela pode fazer seus trabalhos em casa com apoio e orientação da equipe docente. Considera-se, contudo, que este período é insuficiente e poderia ser prorrogado até os seis meses do bebê, caso a mãe considerasse propício. Isto facilitaria o vínculo e a amamentação exclusiva, além de ter passado os períodos críticos que muitos bebês têm com cólicas e dificuldades no sono. Além disso, após este período, é mais provável que a mulher esteja em condições hormonais e emocionais mais normalizadas.

3 Materiais e métodos

Os dados apresentados neste trabalho são decorrentes do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Colorado do Oeste (RO), intitulado “Maternidade e as dificuldades encontradas no cotidiano de mães estudantes”. Assim, aqui aprofundamos as reflexões e fizemos algumas adaptações. Com isto, tratamos alguns aspectos da condição das motivações e preocupações com a conciliação das atividades de estudo e de maternidade e refletimos sobre o papel da instituição enquanto rede de apoio.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário fechado, os resultados foram agrupados e analisados. A pesquisa foi realizada no período de abril a maio de 2019 e compreendeu uma amostra de 22 mulheres, com idades entre 18 e 34 anos. Destas, 18 engravidaram na condição de estudantes e 4 ingressaram nos estudos posteriormente ao nascimento do filho. A maioria (18 mulheres) tinha apenas 1 filho e 4 delas tinham 2 filhos.

As participantes residiam nos municípios da microrregião Cone Sul do Estado de Rondônia, sendo Colorado do Oeste, Cerejeiras e Cabixi. Das 22 mães, 20 cursavam o ensino superior, dividindo-se entre os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia de Gestão Ambiental no IFRO *Campus* Colorado do Oeste no período noturno, e 2 estudantes

cursavam o Ensino Médio em escola pública em Cerejeiras (RO). Com relação ao estado civil, 13 delas estavam casadas e 9 solteiras.

4 Resultados e discussões

As mulheres têm sido maioria nas instituições no ensino superior, mas, de acordo com Uripia e Sampaio (2009), o papel de estudante não as desobriga do cuidado da casa e dos filhos e, em muitos casos, o estudo passou a ser mais uma de suas responsabilidades. Vale ressaltar que nos anos 1970 houve diversas lutas de movimentos sociais, dentre elas a reivindicação de creches em universidades e trabalho. Nas universidades, as creches teriam o objetivo de atender a comunidade acadêmica (RAUPP, 2004).

No entanto, a consolidação de creches em instituições superiores não acompanhou a expansão de vagas oferecidas pelas políticas iniciadas nos anos 2003 a 2013. Mesmo com a criação dos Institutos Federais, ampliando a possibilidade de formação de nível médio e superior, não houve a preocupação com esta demanda de forma estrutural (por meio de creches ou adaptações dos espaços), nem pedagógica. Pois, a condição da mãe com bebê ou criança pequena que estuda ainda é ignorada neste aspecto, sendo tratada com indiferença de forma política e pedagógica.

Assim, esta pesquisa procurou levantar questões que identifiquem pontos sobre o processo de ser mãe enquanto se é estudante, focando o período do retorno e os arranjos criados para permanecer estudando, já que do nascimento até por volta do sexto mês após o parto, a mãe passa por um processo de nova organização sobre seus sentimentos, pensamentos, comportamentos e do meio a que pertence.

Além disso, nesse período, tanto mãe como bebê encontram-se em estado de dependência e vulnerabilidade emocional (BELTRAME DONELLI, 2012). E a situação de separação pode contribuir para o surgimento de sentimentos negativos se a mãe estiver profundamente envolvida com o bebê e os cuidados com ele (LOPES *et al.*, 2005). Bee (1997, p. 425 apud MENEZES, 2012, p. 25) diz que em nossa sociedade o papel da mãe é visto como fundamental para a sobrevivência e para o desenvolvimento físico e mental do bebê. Neste aspecto, esta mesma sociedade entende que o tempo que a mãe ocupa com os estudos irá fazer falta ao bebê. Com isso, procurou-se verificar com as entrevistadas as dificuldades que sentiram no retorno à instituição de ensino, que podem ser conferidas no agrupamento abaixo.

Quadro 1 – Situações vivenciadas na separação

Situações	Quantidade de mães	% de mães
Medo da criança não se adaptar sem a sua presença	9	40,9%
Medo de deixar a criança com outra pessoa	5	22,7%
Não ter com quem deixar a criança	3	13,6%
Medo do preconceito que poderiam sofrer na escola, apontado por 2 mães	2	9,1%
Dificuldades financeiras	1	4,56%
A criança tinha problemas de saúde	1	4,56%
Medo de não conciliar estudo e maternidade	1	4,56%

Fonte: As autoras.

A explicitação do medo em relação ao que pode acontecer com o bebê é a situação mais evidenciada nas respostas. Este sentimento, em parte, pode ser explicado pelo conceito de ansiedade da separação materna, que Hock et al. (1989 apud LOPES et al. 2005, p. 27-28) afirmam ser um sentimento de “aflição da mãe ao se separar de seu bebê, da percepção que ela tem sobre a aflição do bebê como resultado da separação, e da ideia que ela faz sobre a capacidade do outro para cuidar de seu bebê”.

A pesquisa feita por Lopes et al. (2005, p. 30) aponta que 66% das 47 mães de sua entrevista relataram sentimentos negativos no momento da separação de seus bebês, como preocupação, apreensão, medo, tristeza e ansiedade, pena e saudade. Para Uripia e Sampaio (2009), quando as mães são separadas de seus bebês pequenos, não conseguem produzir o que realmente lhes é proposto pela preocupação com a criança.

Também é interessante refletir sobre o valor histórico-cultural construído que idealiza a figura materna e a coloca como responsável principal pelo cuidado e educação da criança pequena em nosso tempo (BADINTER, 1980). Por esta lógica ser dominante na contemporaneidade, tem grande poder de influência no que a mãe acredita e valoriza. Portanto, se a mãe se vê como a principal e grande responsável pelo cuidado e educação da criança pequena e não consegue ou não pode fazer, isto também pode ter uma contribuição nos sentimentos ruins que podem aflorar com a separação do bebê.

Diante desta nova disposição de rotina que contempla maternidade, estudo e demais segmentos de sua vida, nem sempre a rotina é facilitada pelos contextos que elas estão inseridas, como trabalho, estudo, família e a sua nova condição de mãe. Então, seja à luz da psicanálise ou de estudos feministas pela Filosofia, percebe-se que muitas mães sofrem dificuldades quando se deparam com a separação de seus bebês e retornam aos estudos após os meses de afastamento.

Neste cenário permeado de responsabilidades e cobranças e ainda estar envolvida em um estágio de sensibilidade aumentada³, a situação pode resultar em adiamento ou abandono da carreira acadêmica se a mãe não contar com apoio de pessoas que auxiliem no cuidado do bebê, o que em muitos trabalhos vem sendo chamado de rede social de apoio.

Segundo Dessen e Braz (2000), podemos sintetizar que a rede social de apoio⁴ vem sendo destacada como um dos fatores responsáveis pelo equilíbrio e manutenção da dinâmica familiar. Pode-se destacar que o suporte dado às famílias é essencial também para a saúde mental da mãe, colaborando com o enfrentamento de situações estressantes, aliviando estresse físico ou mental e ainda promovendo efeitos benéficos ao sistema fisiológico, como cardiovascular, endócrino e imunológico. Além disso, também é comprovado que os suportes sociais são importantes para a adequação do comportamento materno em relação ao filho. Assim, quanto mais satisfeita a mãe se sente em relação à rede de apoio e mais extensas forem estas redes, mais adequado é o comportamento maternal para com os filhos (DESSEN; BRAZ, 2000).

Com a condição de estudantes, muitas mães necessitam optar pela separação e contar com outras pessoas para auxiliar no cuidado do bebê. Abaixo relacionamos as pessoas que cuidam do bebê das mães entrevistadas, enquanto elas estão na instituição de ensino:

Quadro 2 – Pessoas que cuidam da criança durante os estudos da mãe

Quem fica com a criança para a mãe estudar	Quantidade	Porcentagem
--	------------	-------------

³ Estado de funcionamento psíquico especial caracterizado por uma sensibilidade aumentada, o qual possibilita que a mulher atenda às necessidades do bebê, ao identificar-se com ele a partir de suas próprias experiências como bebê (LOPES et al., 2005, p. 27).

⁴ Rede social é um sistema composto por “vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)” (LEWIS, 1987, p. 443-444), que oferece apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades (DESSEN; BRAZ, 2000, p. 221).

Pai	11	50%
Avós	8	36,4%
Creche	1	4,53%
Babá	1	4,53%
Leva consigo para a instituição	1	4,53%

Fonte: As autoras.

Outro fator para destacar sobre o apoio recebido pelas mães consiste no apoio familiar. Pois, 100% das entrevistadas responderam ter recebido de seus pais ou familiares incentivos e apoio para continuar estudando. Assim, consideramos positiva e favorável esta colaboração para que elas conseguissem conciliar a maternagem e demais atividades, porque, neste momento de muitas incertezas, contar com o incentivo e apoio dos familiares se torna essencial para continuar estudando.

As mães entrevistadas também explicitaram uma forte vontade de realizar seus sonhos por meio dos estudos, seja na conquista de uma qualificação profissional em nível superior, seja no prosseguimento da educação. Os estudos após a maternidade têm seus desafios, por isso indagamos as motivações que as fazem persistir nos estudos. O resultado mostra que:

Quadro 3 – Motivações e estudo

Motivações para estudar	Quantidade	Porcentagem
Alegaram que se desistissem dos estudos, não poderiam ter um bom futuro profissional	11	50%
Responderam que estudam com o intuito de dar um futuro melhor ao seu filho	9	40,9%
Contaram com o incentivo de seus familiares para não desistirem e continuar se esforçando e estudando	2	9,1%

Fonte: As autoras.

Outro fator investigado foi a organização do tempo para realizar os estudos em casa. Os resultados mostraram que 7 (31%) mães afirmaram ter o apoio necessário dentro dos seus domicílios para conseguir conciliar as funções e 15 (68%) encontraram dificuldades.

Sobre o retorno após a licença para atividades domiciliares, questionou-se as dificuldades para se reintegrar à comunidade escolar. Nesta questão, 13 (60%) mães afirmaram

que não tiveram dificuldade e 9 (40%) afirmaram que sofreram dificuldades no retorno escolar. Nos dados constatou-se que 17 mães (77,27%) pensaram em desistir dos estudos em algum momento em virtude da maternidade.

Assim, pensamos que é necessário a escola dar atenção pedagógica também nestas situações para que evite a falta de apoio.

Ainda tentamos verificar outras questões ligadas à emoção, como saber se pelo fato de ter engravidado durante o período de estudos, poderia ter provocado algum tipo de arrependimento nas entrevistadas. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, 20 mães responderam que não se arrependem da decisão de ter o filho e que mesmo com todos os obstáculos, ainda assim ficariam grávidas novamente; 2 mães disseram que talvez ficassem grávidas, isso não quer dizer que elas não amem seus filhos o suficiente, mas que se não tivessem engravidado poderiam ter um futuro diferente do que têm, com mais oportunidades para fazer coisas que atualmente não conseguem em decorrência de ter a responsabilidade de cuidar dos filhos.

Constata-se também que a motivação das mães não se encontra apenas no desejo de realização pessoal, mas também de melhorar as condições de vida tanto delas quanto de seus filhos. A vontade de servir de exemplo e oferecer um futuro melhor para os filhos faz com que essas mulheres enfrentam diversos obstáculos todos os dias antes de sair de casa e ainda precisem lidar com as tensões que sofrem em momentos externos.

Pensando mais especificamente na conjuntura social atual, quando as mães retornam presencialmente para os estudos, algumas enfrentam barreiras para continuar. Por isso, é preciso pensar também nas ações dentro da instituição de ensino após o término do atendimento domiciliar. Não defendemos que apenas as ações da escola sejam determinantes para resolver problemas de evasão nestas situações, ou das tensões que elas enfrentam na conciliação de estudo e maternidade, mas pensa-se que a escola tem uma margem de atuação que precisa ser mais evidenciada. Isto se aproxima muito da ideia em promover adaptações de atividades escolares, tempo para execução, explicações e algumas em relação ao ambiente físico escolar.

Sobre as intervenções pedagógicas, não há nada além do que qualquer educador preocupado com questões inclusivas possa fazer — nesta situação podemos citar a flexibilização de tempos, prazos, faltas ou de um cuidado maior que a criança necessitou.

Adaptações de atividades ou conteúdos também podem ser incluídos se a situação for julgada necessária, sentida pela mãe e compreendida pelo docente.

Sobre o ambiente físico, chamamos a atenção para uma adaptação aos espaços para que as mães possam ao menos ter um mínimo de condição para atender às necessidades de cuidado com o bebê, quando esta necessitar levá-lo e necessitar de um espaço reservado. As adaptações podem ser com trocadores de bebê em banheiros, ducha para lavar/banhar o bebê, ter condição de preparar ou aquecer alimento para a criança e uma sala em que seja possível ficar com o bebê por algum tempo. Sabemos que o ideal é uma sala adaptada, como as que as creches de educação infantil têm, mas em caso de não ser possível, deve-se flexibilizar um ambiente para atender.

Se as mulheres são maioria nas instituições e a gravidez, com a chegada de um bebê, ocorre quase sempre em períodos coincidentes com Ensino Médio ou graduação, ignorar as necessidades das mães e bebês é um descaso à condição humana. Sabemos historicamente que não foi fácil para a mulher ocupar um espaço nas instituições educativas, mas agora conquistado, é preciso humanizar estes espaços — já que em alguns momentos, levar o bebê à escola pode ser uma necessidade durante o processo de transição da separação de mãe e bebê, ou por outro motivo ocasional. E o apoio da instituição colabora na composição da rede social de apoio tão necessária que auxilia o bem-estar da mãe e do bebê. Afinal, quando se defende educação para todos, se defende que as mulheres devem ter acesso à educação, não podemos admitir que este acesso venha condicionado à separação brusca de mãe e bebê, nem admitir a indiferença frente à condição de mães recentes e estudantes, por meio de barreiras postas perante as necessidades no processo relacional de mãe e bebê.

A separação de mãe e bebê por um grande período no dia é vista como algo normal na sociedade se a mãe quer trabalhar ou estudar. A imposição desta situação de separação é a obrigação que se apresenta, muitas vezes por longas horas do dia, mas vale lembrar que não é natural e sim uma forma de organização construída socialmente. Sabe-se que os cuidados da maternagem podem ser realizados por outra pessoa e que uma rede social de apoio pode auxiliar na separação. Contudo, refletimos que nem todas as mães querem a separação enquanto os bebês são muito pequenos e nem todas podem contar com alguém capaz de dar as condições de afeto, segurança, alimentação, higiene e alegria, dentre outras, em condições essenciais e

adequadas. Por isto, vemos que a situação de mãe e bebê pequeno é uma condição especial e transitória que precisa ser olhada de forma política.

Infelizmente, o que ocorre é que quando as mães voltam às aulas regulares após os meses afastadas, encontram as mesmas condições de serviço e espaço que elas tinham antes das atividades domiciliares. Ou seja, elas serão tratadas da mesma forma que uma pessoa que não teve recentemente um bebê, não levando em consideração as alterações que elas sofrem neste período.

Não se trata de determinar que o filho deva estar com a mãe, como se fosse a única a ter obrigação com a criança. Não, o pensamento é outro, se trata de construir formas de não impedir, de respeitar e viabilizar o bebê com a mãe por maior tempo. Portanto, aqui inclui-se a necessidade de se repensar o tempo legal da licença de atendimento domiciliar; e depois, no retorno aos estudos, se trata de flexibilizar mais o tempo das mães e aceitar que às vezes elas precisarão ficar com seus filhos em casa, por condições que ocorrem no desenvolvimento da criança, ou adaptar os espaços para que quando uma criança estiver na instituição, seja acompanhada por um cuidador ou pela própria mãe, haja condições mínimas de permanência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste trabalho confirmam que ser mãe no decurso de um curso de longa duração ainda gera dificuldades para as mães quanto à volta à sala de aula após o período de atendimento domiciliar. Os motivos elencados pelas entrevistadas transitam entre não ter com quem deixar o filho, deixar o filho com algum membro da família, até questões financeiras.

Outra questão a ressaltar é que as entrevistadas afirmaram receber algum tipo de apoio e estímulo da família para prosseguirem nos estudos. Ainda assim, 68% tiveram dificuldades com a organização dos estudos em casa. Em relação ao retorno e a instituição, 60% não apresentaram ou citaram dificuldades, enquanto 40% relataram dificuldades para se reintegrar à comunidade escolar.

Considerou-se, portanto centrar as reflexões sobre o apoio institucionalizado às mulheres nesta condição, para melhorar e adequar os apoios e, conseqüentemente, a educação oferecida a elas; e sobre a importância de atender às necessidades das crianças, seja com creches

nas instituições de educação, seja com adaptações para humanizar o espaço. Isto favorece a democratização no ensino, por viabilizar as condições de permanência das mães. Visto que a evasão do sistema educacional gera obstáculo para a conclusão da educação formal, como apontado anteriormente, já que conseqüentemente provoca desvantagens em relação ao trabalho e à inserção produtiva, bem como as tornam vulneráveis à pobreza, violência, criminalidade e exclusão social.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>.

BANCO MUNDIAL. **Igualdade de Gênero e Desenvolvimento**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2012. Visão geral. Washington D.C., 2012. Disponível em: www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/igualdade-de-genero-e-desenvolvimento-portugues.pdf. Acesso em: 20 março 2021.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRASIL. Decreto-lei n.º 6.202, de 17 de abril de 1975. Aprova a consolidação das leis da estudante em período de gestação. **Diário Oficial [da] União: Coletânea de legislação: edição federal**, Brasília, BF, v. 3, 1975. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6202-17-abril-1975-357541-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 09 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Como funciona a licença-maternidade na faculdade**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: www.fapcom.edu.br/blog/como-funciona-a-licenca-maternidade-na-faculdade.html. Acesso em: 15 jul. 2019.

BOWLBY, J. **Apego e perda: apego**, v.1. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CARVALHO, M. P. de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

COUTINHO, E. C.; SILVA, C. B.; CHAVES, C. M. B, et al. Gravidez e parto: O que muda no estilo de vida das mulheres que se tornam mães? **R. de Enfermagem**, São Paulo, v. 48, p.1-8, 2014.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. Rede social de apoio durante as transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 221-231, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000300005>.

ESPINDOLA, A. Espindola, Ariane Thomaz, Benute, Gláucia Rosana Guerra, Carvalho, Mario Henrique B. de, Pinto, Kátia Osternack, Lúcia, Mara Cristina Souza de, & Zugaib, Marcelo. Crenças sobre gestação, parto e maternidade em mulheres gestantes com histórico de abortamento habitual. **Psicol. Hospitalar**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-24, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092006000100004. Acesso em: 10 jul. 2019.

GANDOLFI, F. R. R.; GOMES, M. F. P. G.; RETICENA, K. de O.; SANTOS, M. S. S.; DAMIN, N. M. A. V. Mudanças na vida e no corpo da mulher durante a gravidez. **Revista Brasileira de Cirurgia e Pesquisa Clínica**, São Paulo, 2019. Disponível em: [www.mastereditora.com.br > download-3160](http://www.mastereditora.com.br/download-3160). Acesso em: 11 dez. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LIMA, D. M. S. de et al. As mães e as grávidas estudantes no curso de ciências biológicas/cca/UFPB. *In: Colóquio Internacional Paulo Freire*, 6., 2013. Pernambuco. **Anais...** Pernambuco: Estudos e Pesquisas, 2013. p. 1-3.

LOPES, R. de C. S. ALFAYA, C.; MACHADO, C. V.; PICCININI, C.A. "No início eu saía com o coração partido...": as primeiras situações de separação mãe-bebê. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 26-35, 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2021.

LOPES, R. C. S.; ALFAYA, C.; MACHADO, C. V.; PICCININI, C. A. "No início eu saía com o coração partido...": As primeiras situações de separação mãe-bebê. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 15, n. 3, p. 26-35, 2005.

MENEZES, Rafael de Souza; SANTOS, Thais Silva dos; VELOSO, Nathália de Oliveira; FREITAS, Valéria Nancy de; SANTOS, Monique Silva, MOHAMAD Ali Abdul Rahim. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2021.

MONTEIRO, S. Um estudo de rituais femininos em camadas de baixa renda. *In: MONTEIRO, T. Brasil. Norte e Nordeste. Estudos em Ciências Sociais*. ANPOCS, Inter-American Foundation, 1998. p. 141-85.

MOURA, S. M. S. R. de; ARAUJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004.

RAUPP, M. D. Creches nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 86, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100010>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Direitos Humanos das Mulheres**. Nações Unidas no Brasil, julho 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Índice de feminidade da pobreza. América Latina (17 países): Índice de feminidade em domicílios pobres, em torno de 2019. **Observatório de igualdade de gênero na América Latina e Caribe**, (online). Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. As desigualdades de gênero além das medidas: entre normas sociais e desequilíbrio de poder. **United Nations Development Programme**, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210045025s005-c002/read?xmlPath=%2Fdeliver%2Ffulltext%2Fthematicgrouping%2Fcc390e16-pt%2F9fe411ad-pt.pdf&docserverPath=%2Fdocserver%2Ffulltext%2Fthematicgrouping%2Fcc390e16-pt%2F9fe411ad-pt.pdf&flowpaperKey=%247d63aab3787e34375b1&flowpaperS3BaseUrl=https%3A%2F%2Fmedia.un-ilibrary.org%2Fflowpaper>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ONU MUJERES. Hacer las promesas realidad: la igualdad de género en la agenda 2030 para el desarrollo sostenible. ONU, 2018. Disponível em: www.un-ilibrary.org/economic-and-social-development/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019_9fe411ad-pt. Acesso em: 10 jan. 2021.

RELATÓRIO mostra que 70% dos pobres do planeta são mulheres. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 14 mar. 2010. Disponível em: <https://fbes.org.br/2010/03/14/relatorio-mostra-que-70-dos-pobres-do-planeta-sao-mulheres>. Acesso em: 25 março 2021.

TORRES, A. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: CICHELLI, V.; PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de. **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 143.

URPIA, A. M. de O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 3, n. 2 p. 30-43, 2009. Disponível em: www.yumpu.com/pt/document/view/50567781/dilemas-da-conciliaaao-maternidade-vida-universitaria-ufrb. Acesso em: 03 nov. 2019.

ZINET, C. **Gravidez é responsável por 18% da evasão escolar entre meninas.** 2 de fev. 2016. Disponível em: <https://flacso.org.br/?p=14369>. Acesso em 27 de março de 2021. Observar recomendações no item 2.1.8.